



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CAMPINA GRANDE

**SIMULADO ESPECIAL**

# **ISS CAMPINA GRANDE PB**

**Auditor Fiscal Da Receita Municipal  
Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ISS Campina Grande - PB**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Municipal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/fDQfEGvkG19CrLoW6>

01 - ABCD	09 - ABCD	17 - ABCD	25 - ABCD	33 - ABCD
02 - ABCD	10 - ABCD	18 - ABCD	26 - ABCD	34 - ABCD
03 - ABCD	11 - ABCD	19 - ABCD	27 - ABCD	35 - ABCD
04 - ABCD	12 - ABCD	20 - ABCD	28 - ABCD	36 - ABCD
05 - ABCD	13 - ABCD	21 - ABCD	29 - ABCD	37 - ABCD
06 - ABCD	14 - ABCD	22 - ABCD	30 - ABCD	38 - ABCD
07 - ABCD	15 - ABCD	23 - ABCD	31 - ABCD	39 - ABCD
08 - ABCD	16 - ABCD	24 - ABCD	32 - ABCD	40 - ABCD

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/43maUGC>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder às questões****Ano de 2026 marca implementação da reforma tributária**

Após quase sete anos da proposta inicial que resultou na reforma tributária sobre o consumo, o Brasil começa a testar o novo sistema, sem efeitos tributários. O primeiro dia de 2026 marcou o início das obrigações para as empresas com a expectativa de mais justiça na cobrança de impostos.

Desde de quinta-feira (1<sup>ª</sup>), os contribuintes dos novos impostos devem emitir notas fiscais que destaquem os valores correspondentes à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, que substituirá PIS, Cofins e IPI, todos federais); e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sucessor do ICMS (estadual) e ISS (municipal).

No caso específico da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), o destaque será inicialmente facultativo. E as exigências não atingem empresas do Simples Nacional.

Os valores registrados não serão cobrados durante 2026, mas a contabilidade já tem que contemplar as mudanças, disse o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) à Agência Senado. O deputado foi o relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que define como o IBS funcionará administrativamente.

Os deputados aprovaram o substitutivo (versão alternativa) do Senado com algumas alterações, no dia 16 de dezembro. Até a manhã desta sexta-feira (2), a Presidência da República ainda não havia sancionado o texto.

**Penalidades**

A empresa que errar no envio de informações e cometer outras falhas não será punida, desde que aja com boa-fé e esteja no processo de adequação ao novo sistema. Essas regras durarão até o primeiro dia do quarto mês seguinte à publicação dos futuros regulamentos do IBS e CBS. Os documentos dependem da sanção da lei resultante do PLP 108/2024. A dispensa de multas está prevista em ato conjunto, de 22 de dezembro de 2025, da Receita Federal com o Comitê Gestor do IBS

O PLP 108/2024 determina que a empresa que não cumprir as exigências será notificada e terá 60 dias para se adequar às normas. Se não regularizar a situação, será penalizada, disse o senador Eduardo Braga (MDB-AM), em 17 de setembro, ao defender seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Braga foi o relator do projeto no Senado.

— O ano de 2026 é um ano de pedagogia pura. Nós vamos estar aprendendo com o desenvolvimento dos sistemas e o contribuinte vai estar também se adequando às normas — afirmou Braga na reunião em que o projeto foi aprovado no colegiado.

**Balanço**

O PLP 108/2024 passou por quatro audiências públicas na CCJ e recebeu 719 emendas de senadores (sugestões de alteração). Braga levou de março a setembro para apresentar um substitutivo ao texto da Câmara dos Deputados.

Um dos principais desafios foi resolver o conflito entre duas associações de municípios que buscam ocupar cadeiras no Comitê Gestor do IBS, órgão que coordenará a cobrança do IBS. Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), apenas ela cumpria os requisitos legais para participar da escolha dos representantes dos municípios no órgão. Já para a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), a CNM desrespeitou um acordo que permitiria uma participação equilibrada das duas associações.

O texto de Braga dá à CNM o direito de indicar candidatos para ocupar 14 das 27 cadeiras dos municípios. Já a FNP vai eleger os 13 membros restantes. Os prefeitos dos municípios serão os eleitores.

O conflito fez com que o comitê gestor fosse formado para atuar apenas em 2025. Em outubro, o órgão foi instituído somente com representantes dos estados. A sanção do texto do PLP 108/2024 será responsável por tornar o conselho definitivo a partir de 2026.

Nos próximos anos, o Congresso Nacional ainda deve aprovar outras propostas para efetivar a reforma tributária, como a alíquota (porcentagem aplicada sobre o bem tributado) da CBS e do Imposto Seletivo. O Senado ainda será o responsável por estipular uma alíquota de IBS de referência para os municípios e outra para os estados, que podem ou não adotar as porcentagens.

Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/01/02/ano-de-2026-marca-implementacao-da-reforma-tributaria>>

1. Com base na leitura do texto, infere-se que o ano de 2026 para a reforma tributária brasileira caracteriza-se como:
  - a) Um período de arrecadação recorde devido à sobreposição dos impostos antigos e novos.
  - b) Uma fase experimental em que a conformidade documental precede a efetiva carga tributária dos novos impostos.
  - c) O marco final da transição, após o qual não haverá necessidade de novas aprovações legislativas.
  - d) Um estágio de punição rigorosa para empresas que não atingirem a precisão contábil imediata.
  
2. Assinale a alternativa em que a reescrita de um trecho do texto apresenta o uso **CORRETO** do acento indicativo de crase:
  - a) As empresas devem estar atentas à futuras regulamentações do IBS.
  - b) O Comitê Gestor do IBS foi instituído à partir de outubro de 2025.
  - c) A reforma tributária visa à justiça na cobrança de impostos sobre o consumo.
  - d) O senador Eduardo Braga apresentou um substitutivo à toda a Câmara.
  
3. No trecho: "**O primeiro dia de 2026 marcou o início das obrigações para as empresas...**", os termos sublinhados exercem, respectivamente, as funções sintáticas de:
  - a) Sujeito — Objeto direto.
  - b) Adjunto adnominal — Objeto indireto.
  - c) Adjunto adverbial — Sujeito.
  - d) Sujeito — Complemento nominal.
  
4. Analise o período: "*Se não **regularizar** a situação, **será penalizada**...*".  
Caso a oração condicional fosse transposta para o pretérito imperfeito do subjuntivo, a correlação verbal correta, mantendo a norma-padrão, seria:
  - a) Se não regularizasse a situação, será penalizada.
  - b) Se não regularizasse a situação, seria penalizada.
  - c) Se não regularizasse a situação, fora penalizada.
  - d) Se não regularizasse a situação, é penalizada.
  
5. No trecho: "*O deputado foi o relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, **que** define como o IBS funcionará...*", o pronome relativo destacado exerce a função de:
  - a) Coesão catafórica, antecipando o nome do IBS.
  - b) Coesão anafórica, retomando o termo "Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024".
  - c) Conectivo adversativo, opondo o projeto à sua definição.
  - d) Coesão sequencial, indicando uma conclusão sobre o relator.
  
6. Assinale a alternativa que apresenta a concordância verbal correta, de acordo com as regras da norma-padrão:
  - a) Devem haver outras propostas para efetivar a reforma tributária.
  - b) Fazem sete anos que a proposta inicial foi apresentada.
  - c) Grande parte da população podem ou não adotar as porcentagens.
  - d) Mais de um senador defendeu seus relatórios na CCJ.
  
7. De acordo com o texto, a dispensa de multas para as empresas em 2026 está condicionada a:
  - a) Participação ativa em todas as audiências públicas da CCJ.
  - b) Filiação à Confederação Nacional de Municípios (CNM).
  - c) Atuação exclusiva dentro do regime do Simples Nacional.
  - d) Demonstração de boa-fé e estar em processo de adequação.

8. No trecho: "Até a manhã desta sexta-feira (2), a Presidência da República ainda não **havia sancionado** o texto.", a forma verbal destacada é classificada como:

- a) Pretérito Perfeito do Indicativo.
- b) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.
- c) Pretérito Mais-que-perfeito Composto do Indicativo.
- d) Futuro do Pretérito do Indicativo.

9. No trecho: "Já para a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), a CNM desrespeitou um acordo...", o termo destacado estabelece uma relação de:

- a) Conclusão em relação ao parágrafo anterior.
- b) Adição de argumentos favoráveis à CNM.
- c) Oposição/Contraste entre as visões das duas associações.
- d) Causa para o conflito entre os municípios.

10. Assinale a alternativa que apresenta erro de concordância nominal:

- a) Os senadores acharam meia estranha a justificativa do relator.
- b) É proibida a entrada de pessoas não autorizadas na reunião.
- c) As empresas mesmas devem conferir as notas fiscais.
- d) Seguem anexos os documentos da reforma tributária.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

*Renato da Costa*

11. Sobre segurança da informação, qual das alternativas abaixo é considerada uma "praga virtual" que se replica automaticamente através de redes?

- a) Worm
- b) Firewall
- c) Backup
- d) Cache

12. Considere que na célula B2 de uma planilha Excel foi inserida a fórmula abaixo:

**=SE(A\$1>10; "Meta Atingida"; "Abaixo da Meta")**

Ao copiar essa fórmula da célula B2 e colá-la na célula D4, qual será a fórmula resultante no novo local e qual o comportamento da referência à célula A1?

- a) =SE(C\$1>10; "Meta Atingida"; "Abaixo da Meta"). A referência à linha 1 é absoluta (travada), portanto, permanece 1 ao copiar para a linha 4.
- b) =SE(C\$3>10; "Meta Atingida"; "Abaixo da Meta"). A referência é totalmente relativa, mudando a coluna de A para C e a linha de 1 para 3.
- c) =SE(A\$1>10; "Meta Atingida"; "Abaixo da Meta"). A referência é totalmente absoluta, nada muda ao copiar.
- d) =SE(A\$1>10; "Meta Atingida"; "Abaixo da Meta"). A referência à coluna A está travada pelo sinal de \$, portanto ela não mudará ao mover para a coluna D.

13. Uma URL é composta por diversos elementos que permitem localizar um recurso na rede. Sobre a estrutura e os componentes de uma URL, assinale a alternativa correta:

- a) O protocolo (ou esquema), como HTTP ou HTTPS, é opcional e pode ser omitido em qualquer navegação web.
- b) O fragmento, identificado pelo caractere de tralha (#), é enviado ao servidor para processamento de consultas complexas.
- c) A "query" (consulta) é um componente que, quando presente, aparece obrigatoriamente antes do nome do domínio.
- d) O fragmento (#) é utilizado para indicar uma posição ou ancoragem dentro do próprio recurso (página) e é processado pelo navegador, não pelo servidor.

**14.** A segurança da informação é baseada em pilares fundamentais conhecidos como CID (Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade). Sobre o princípio da Integridade, assinale a alternativa correta:

- a) Garante que a informação seja acessível somente por pessoas autorizadas, evitando a exposição de dados sensíveis a terceiros.
- b) Garante que a informação seja mantida em seu estado original, protegendo-a contra alterações, corrupções ou modificações não autorizadas durante o seu armazenamento ou transmissão.
- c) Garante que o sistema e a informação estejam disponíveis para uso sempre que necessário, evitando interrupções por ataques ou falhas técnicas.
- d) Garante que a autoria de uma ação ou transação possa ser confirmada, impedindo que o autor negue a realização da mesma.

## **HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE/PB**

*Sérgio Henrique*

**15.** No final do século XVII, a expansão para o interior da Capitania da Paraíba foi marcada pelo estabelecimento de aldeamentos que serviam tanto à catequese quanto ao controle territorial. Sobre o processo de fundação e evolução administrativa de Campina Grande até sua elevação à vila, assinale a alternativa correta:

- a) A fundação do povoado por Teodósio de Oliveira Lêdo em 1697 ocorreu sob a denominação imediata de Vila Nova da Rainha, em homenagem à monarquia portuguesa, consolidando o local como sede administrativa do Sertão.
- b) O aldeamento de Cavalcante, núcleo originário da cidade, foi estabelecido em uma área estratégica do Planalto da Borborema para servir exclusivamente como posto militar de vigilância contra as invasões holandesas.

c) A elevação à categoria de Vila Nova da Rainha em 1790 trouxe a instalação das instituições coloniais, incluindo a Câmara Municipal e o Pelourinho, embora o prédio da Câmara só tenha sido efetivamente instalado em 1812.

d) A transição de aldeamento para freguesia de Nossa Senhora da Conceição ocorreu em 1698, logo após a chegada do primeiro frade franciscano enviado para a catequese dos indígenas Ariús.

**16.** A Revolta do Quebra-Quilos (1874) é um dos episódios mais emblemáticos da resistência popular no Nordeste imperial. Analisando as causas desse movimento em Campina Grande, é correto afirmar que:

- a) O movimento foi uma reação isolada da elite agrária campinense contra a abolição da escravidão, utilizando a mudança do sistema métrico como pretexto para desestabilizar o governo de Dom Pedro II.
- b) A revolta teve como estopim a obrigatoriedade do sistema métrico francês e a instituição de impostos sobre o espaço ocupado nas feiras, chocando-se com as tradições de medidas populares como palmos e balalaios.
- c) Os revoltosos buscavam a implementação das ideias iluministas da Revolução Praieira, defendendo a centralização do poder imperial e a extinção definitiva das feiras livres.
- d) A insurreição restringiu-se aos limites geográficos de Campina Grande, não encontrando eco em outras cidades da Paraíba devido à rápida intervenção das tropas imperiais.

17. Durante a primeira metade do século XX, Campina Grande foi apelidada de "Liverpool Brasileira". Sobre o ciclo do algodão e seus impactos na infraestrutura da cidade, analise as afirmações abaixo e selecione a correta:

- a) A pujança econômica de Campina Grande decorria de sua vasta produção agrícola, sendo o município o maior produtor direto de algodão em pluma do mundo até a Crise de 1929.
- b) A modernização urbana, marcada pela chegada da ferrovia Great Western (1907) e da iluminação elétrica (1919), consolidou a cidade como um entreposto comercial que beneficiava e exportava a produção de todo o Sertão.
- c) O declínio do ciclo do algodão em 1984 foi causado exclusivamente pela concorrência das fibras sintéticas asiáticas, sem relação com pragas biológicas ou fatores climáticos regionais.
- d) A arquitetura Art Déco e eclética da cidade foi financiada pelo governo federal durante a Era Vargas como forma de compensar a demolição do antigo Paço Municipal em 1879.

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO**

*Fabiano Pereira*

18. No que se refere aos princípios constitucionais expressos da Administração Pública, analise as assertivas a seguir e assinale a opção **correta**.

- a) O princípio da impessoalidade admite a vinculação da atuação administrativa à figura do agente público, desde que a divulgação tenha caráter informativo e destaque os responsáveis pela execução da política pública;
- b) O princípio da moralidade administrativa traduz uma exigência jurídica de conduta ética, impondo aos agentes públicos padrões objetivos de honestidade, boa-fé e lealdade, sendo possível a invalidação de atos administrativos que o violem;
- c) O princípio da publicidade possui caráter absoluto, impondo a divulgação irrestrita de todos os atos

administrativos, independentemente de eventual necessidade de proteção à intimidade ou à segurança do Estado;

- d) O princípio da eficiência autoriza a Administração Pública a flexibilizar a observância da legalidade quando necessário para alcançar melhores resultados práticos e maior efetividade na prestação dos serviços públicos

19. Com base na Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**.

- a) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade deve publicar, anualmente, em sítio à disposição na internet, o rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 meses.
- b) Quando o serviço de busca e fornecimento da informação exigir reprodução de documentos, o órgão público poderá cobrar taxa administrativa adicional, além dos custos dos materiais utilizados.
- c) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa podem ser realizados por qualquer agente público, ainda que não haja necessidade de conhecimento da informação.
- d) O direito de acesso à informação não compreende dados relativos ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas por órgãos de controle interno e externo

20. Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os dados anonimizados sempre serão considerados dados pessoais, ainda que o processo de anonimização não possa ser revertido por meios próprios ou esforços razoáveis.
- b) Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa podem ter acesso a bases de dados pessoais, desde que o tratamento ocorra exclusivamente dentro do órgão, para a finalidade de estudos e pesquisas, em ambiente controlado e seguro.
- c) A declaração clara e completa sobre o acesso a dados pessoais deve ser fornecida ao titular no prazo de até 30 dias, contado da data do requerimento.
- d) A autoridade nacional somente poderá solicitar informações aos órgãos e entidades do poder público sobre operações de tratamento de dados pessoais mediante prévia autorização judicial

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO TRIBUTÁRIO

*Fernando Maurício*

21. Conforme prevê a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, relativamente ao IBS e CBS, tais tributos observarão as mesmas regras em relação a:

- a) fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e alíquotas.
- b) fatos geradores, hipóteses de não incidência e regimes favorecidos de tributação.
- c) competência, regras de não cumulatividade e de creditamento.
- d) fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e prazos de recolhimento.

22. Em relação aos conceitos de obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, analise as seguintes afirmativas e escolha a **incorreta**:

- a) A obrigação principal nasce com a ocorrência do fato gerador, sendo seu objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, e sua extinção ocorre juntamente com o crédito tributário dela resultante.
- b) A obrigação acessória refere-se ao pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal diz respeito ao pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória deriva da legislação tributária, tendo como objeto as obrigações, positivas ou negativas, previstas para assegurar a arrecadação ou a fiscalização dos tributos.
- d) O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência.

## **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE + TRIBUTOS MUNICIPAIS**

*Rafael Henze*

**23.** Uma empresa prestadora de serviços de engenharia e construção civil sediada no Município passou por uma fiscalização de rotina. Durante o procedimento, a autoridade fiscal constatou que o contribuinte havia extraviado os livros fiscais obrigatórios e os arquivos digitais de controle de custos do último ano, inviabilizando a comprovação cabível do valor real dos serviços prestados. Diante disso, o fisco municipal notificou a empresa de que procederia ao arbitramento da base de cálculo do imposto.

Considerando as regras gerais de arbitramento previstas na legislação tributária municipal, assinale a opção correta.

- a) Se a autoridade administrativa dispuser de mais de um critério técnico e legal para realizar o arbitramento, deverá obrigatoriamente adotar aquele que resultar no maior montante tributável, visando preservar o interesse público e a arrecadação.
- b) Caso o fisco opte por utilizar o critério baseado nos custos operacionais e despesas da empresa, a legislação municipal autoriza o acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado para a fixação da base de cálculo.
- c) Na ausência dos documentos, o arbitramento para serviços de construção civil deverá tomar por base exclusiva a média aritmética dos honorários fixados pelo respectivo órgão de classe regional.
- d) O arbitramento da base de cálculo por iniciativa do fisco afasta, por si só, a aplicação de penalidades acessórias ou multas por infração decorrentes do extravio dos livros.

**24.** Uma cooperativa regularmente constituída, que atua na prestação de serviços médicos e de saúde em Campina Grande, celebrou contratos com diversas empresas privadas locais. Ao apurar o imposto sobre serviços devido no mês corrente, o departamento contábil da cooperativa aplicou deduções sobre os valores repassados aos médicos cooperados pelos serviços prestados, bem como sobre as despesas com serviços de terceiros diretamente vinculados à sua atividade-fim.

Analisando a conformidade da apuração com a legislação municipal, assinale a afirmativa correta.

- a) A validade da dedução dos valores repassados aos médicos cooperados independe de comprovação de recolhimento do imposto por parte destes no mês anterior, visto que a cooperativa possui responsabilidade solidária automática.
- b) As deduções aplicadas pela sociedade cooperativa sobre a sua receita bruta total não encontram limitação percentual na legislação do Município, desde que os repasses e despesas estejam devidamente escriturados.
- c) Caso a cooperativa contrate serviços de terceiros diretamente vinculados à sua atividade-fim, a dedução desses valores fica condicionada a que a própria cooperativa efetue a retenção na fonte e o devido recolhimento do imposto correlato.
- d) Se ficar constatado que as deduções legítimas resultaram em uma base de cálculo final equivalente a 5% (cinco por cento) do total dos ingressos decorrentes da atividade, o lançamento será homologado sem restrições.

25. Uma empreiteira foi contratada para executar uma obra de grande porte sob o regime de empreitada global, responsabilizando-se contratualmente pelo fornecimento da totalidade dos materiais incorporados à construção. No momento da emissão do primeiro documento fiscal eletrônico relativo ao serviço, visando otimizar a sua gestão fiscal e dispensar a necessidade de comprovar documentalmente cada insumo perante o fisco no dia a dia, a empresa manifestou formalmente a opção pelo Regime Presumido de cálculo.

Diante do cenário exposto e das regras que disciplinam as deduções na construção civil, é correto afirmar que:

- a) A opção pelo Regime Presumido autoriza a empreiteira a deduzir 40% (quarenta por cento) do valor total do serviço a título de materiais e, cumulativamente, abater eventuais notas fiscais de compras reais que superem esse teto.
- b) Uma vez consumada a opção pelo regime de receita presumida na primeira nota fiscal, a empreiteira poderá alterá-la livremente a cada mês de apuração, conforme a variação do estoque de materiais aplicados.
- c) Caso a empreiteira decida subempreitar parte dos serviços de engenharia a uma microempresa local que goza de isenção total de impostos municipais, os valores dessa subempreitada poderão ser integralmente deduzidos de sua base de cálculo no regime presumido.
- d) A opção pelo Regime Presumido fixa a base de cálculo do imposto em 60% (sessenta por cento) do valor total do respectivo documento fiscal, mantendo-se a possibilidade de deduzir as subempreitadas já tributadas, desde que atendidos os requisitos legais de comprovação da cadeia.

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Emerson Bruno*

26. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do Sistema Tributário Nacional, nos termos do art. 145 da Constituição Federal de 1988.
- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria.
  - b) As taxas podem ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
  - c) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, podendo a administração tributária identificar, nos termos da lei e respeitados os direitos individuais, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
  - d) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos, desde que instituídas por lei específica e destinadas à manutenção de serviços públicos.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E  
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

**27.** No curso da análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado ente federativo, um servidor verificou que a proposta contemplava os três orçamentos previstos na Constituição Federal de 1988 e observava a compatibilidade com os instrumentos de planejamento. Também constatou dúvidas da equipe técnica quanto à distinção entre conteúdos próprios da LOA, da LDO e do PPA.

Considerando a disciplina constitucional e legal da Lei Orçamentária Anual, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro, ainda que não previsto no Plano Plurianual nem em lei que autorize sua inclusão, desde que haja disponibilidade financeira suficiente.
- b) A Lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e orientará a elaboração do Plano Plurianual.
- c) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que autorizada por decreto do Poder Executivo.
- d) A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

**28.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, no caso de servidor público eleito para mandato político, é correto afirmar que:

- a) o servidor eleito para mandato eletivo será sempre afastado do cargo efetivo, independentemente do cargo político exercido.
- b) o servidor eleito Prefeito será afastado do cargo efetivo, mas poderá optar entre a remuneração do cargo de Prefeito e a remuneração do cargo efetivo.
- c) o servidor eleito Vereador deverá ser obrigatoriamente afastado do cargo efetivo, ainda que haja compatibilidade de horários.
- d) o tempo de afastamento para exercício de mandato eletivo não será contado para qualquer efeito legal.

**29.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, os decretos autônomos são atos normativos primários, admitidos pela Constituição Federal em hipóteses específicas. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) os decretos autônomos destinam-se, como regra, a regulamentar leis já existentes, sem inovar no ordenamento jurídico.
- b) o decreto autônomo pode ser utilizado para criar cargos públicos, desde que não haja aumento de despesa.
- c) o decreto autônomo pode dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- d) o decreto autônomo autoriza a extinção de funções ou cargos públicos, ainda que estejam ocupados.

**AUDITORIA***Tonyvan Carvalho*

**30.** Durante a auditoria independente das demonstrações contábeis de uma companhia aberta do setor varejista, o auditor identificou fragilidades significativas no ambiente de controle da entidade. Entre os pontos observados, verificou-se a inexistência de políticas formais de prevenção e combate a fraudes, bem como a ausência de mecanismos efetivos de supervisão por parte dos responsáveis pela governança. Em reunião realizada para discutir os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, o comitê de auditoria questionou quais seriam as responsabilidades da administração, da governança e do auditor independente em relação à prevenção e à detecção de fraudes.

Considerando as disposições da NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraude é do auditor independente, que deve implementar controles internos adequados durante o trabalho de auditoria.
- b) A responsabilidade principal pela prevenção e detecção de fraude é da administração e dos responsáveis pela governança, cabendo ao auditor obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante decorrente de fraude ou erro.
- c) A responsabilidade pela prevenção da fraude é compartilhada igualmente entre o auditor e a administração, sendo do auditor a obrigação de detectar todas as fraudes relevantes durante a auditoria.
- d) A responsabilidade pela detecção de fraude é exclusiva dos responsáveis pela governança, enquanto o auditor deve apenas avaliar se os controles internos foram formalmente documentados.

**31.** Durante a auditoria independente das demonstrações contábeis de uma companhia industrial de grande porte, o auditor executou diversos procedimentos para obtenção de evidência de auditoria, em conformidade com a NBC TA 500 (Evidência de Auditoria). Entre os procedimentos realizados, examinou contratos de fornecimento e venda firmados pela entidade, inspecionou certificados representativos de investimentos financeiros mantidos em carteira e realizou a verificação física de máquinas e equipamentos registrados no ativo imobilizado.

Considerando as disposições da NBC TA 500 (R1) acerca do procedimento de inspeção, assinale a alternativa correta.

- a) A inspeção de registros e documentos produzidos internamente pela entidade fornece evidência de auditoria mais confiável do que a obtida de fontes externas, independentemente da eficácia dos controles internos relacionados à sua elaboração e manutenção.
- b) A inspeção de documentos que representam investimentos financeiros, como ações ou títulos, fornece evidência conclusiva acerca da existência, da propriedade e da adequada mensuração contábil desses ativos.
- c) A inspeção física de ativos tangíveis pode fornecer evidência de auditoria confiável sobre sua existência, mas não necessariamente sobre os direitos e obrigações da entidade relacionados a esses ativos nem sobre sua adequada avaliação contábil.
- d) A inspeção de contratos celebrados pela entidade possui utilidade limitada para fins de auditoria, uma vez que tais documentos não constituem fonte apropriada de evidência quanto à aplicação de critérios contábeis, como o reconhecimento de receitas.

**32.** Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma sociedade empresária, o auditor independente precisou selecionar itens de determinadas populações para a realização de testes de controle e procedimentos substantivos. Para isso, avaliou a possibilidade de empregar técnicas de amostragem estatística ou não estatística, considerando fatores como o risco de amostragem aceitável, as características da população e a eficiência dos procedimentos a serem executados. No planejamento dos trabalhos, também analisou de que forma o nível de risco de amostragem influenciaria a extensão da amostra necessária para obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.

À luz da NBC TA 530 (Amostragem em Auditoria), assinale a alternativa correta.

- a) A utilização de amostragem estatística é obrigatória quando a população auditada possui grande quantidade de itens, não sendo permitido ao auditor utilizar julgamento profissional para determinar o tamanho da amostra.
- b) O principal elemento que diferencia a amostragem estatística da amostragem não estatística é o tamanho da amostra, sendo a primeira necessariamente composta por quantidade maior de itens selecionados.
- c) Quanto menor for o risco de amostragem que o auditor estiver disposto a aceitar, menor deverá ser o tamanho da amostra, uma vez que a redução do risco diminui a necessidade de testes adicionais.
- d) A escolha entre amostragem estatística e não estatística depende do julgamento profissional do auditor, podendo o tamanho da amostra ser determinado tanto por métodos estatísticos quanto por critérios fundamentados em julgamento profissional.

## **CONTABILIDADE GERAL**

*Marcondes Fortaleza*

- 33.** Aponte a alternativa que identifica uma transação que afeta o fluxo de investimentos na Demonstração dos Fluxos de Caixa da indústria MAVIFOR S.A.
- a) Amortização de empréstimos e financiamentos.
  - b) Pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços.
  - c) Recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros.
  - d) Pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento.

## **CONTABILIDADE DE CUSTOS**

*Silvio Sande*

- 34.** Uma loja produz e vende bolsas. Em janeiro de X1, a empresa produziu 6.000 unidades de bolsas, a um custo total de R\$160.000. O preço de venda de cada cinto é R\$50,00, e o custo unitário variável é de R\$10,00. Assinale a alternativa que indique o Ponto de Equilíbrio Contábil em Vendas em Reais.
- a) R\$ 80.000
  - b) R\$. 90.000
  - c) R\$ 100.000
  - d) R\$120.000
  - e) R\$125.000

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS***Júlio Cardozo*

**35.** Uma sociedade empresária apresentou, ao final do segundo trimestre, um balanço patrimonial no qual o Ativo Circulante totalizava R\$ 4.800.000 e o Passivo Circulante totalizava R\$ 3.200.000. Com base nesses dados, seu índice de liquidez corrente era de 1,5.

Considerando que a administração estabeleceu como meta encerrar o exercício com índice de liquidez corrente superior a 2, qual providência contribuiria diretamente para alcançar essa meta?

- a) Adquirir máquinas e equipamentos à vista.
- b) Reduzir obrigações classificadas no Passivo Circulante.
- c) Quitar antecipadamente empréstimos classificados no Passivo Não Circulante.
- d) Reclassificar estoques para o Ativo Não Circulante.

**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

**36.** A Dívida Ativa é o conjunto de créditos em favor da Fazenda Pública, cujos prazos para pagamento se venceram, após apurada sua liquidez e certeza. Sobre a classificação e o tratamento contábil da Dívida Ativa, de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP, assinale a alternativa correta.

- a) No momento da arrecadação de um crédito inscrito em Dívida Ativa, ocorre uma receita orçamentária, devendo o valor principal e os juros/multas serem registrados integralmente como Receita Corrente Tributária.
- b) O registro contábil da inscrição de um crédito em Dívida Ativa, sob o enfoque patrimonial, configura uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), uma vez que representa um novo direito para o ente.
- c) Os créditos de natureza não tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os

provenientes de foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, multas de qualquer origem e natureza (exceto as tributárias), indenizações e restituições.

- d) A Dívida Ativa deve ser apresentada no Balanço Patrimonial exclusivamente no Ativo Não Circulante, independentemente da expectativa de recebimento, devido à sua natureza de crédito vencido e pendente de execução.

**NOÇÕES DE ESTATÍSTICA***Carlos Henrique*

**37.** Com o objetivo aperfeiçoamento da tropa, a GCM de Campina Grande disponibilizou três cursos: Primeiros Socorros (P), Defesa Pessoal (D) e Legislação (L).

Sabe-se que em um grupo de 100 agentes:

- 40 fizeram Primeiros Socorros;
- 35 fizeram Defesa Pessoal;
- 30 fizeram Legislação;
- 15 fizeram Primeiros Socorros e Defesa Pessoal;
- 12 fizeram Primeiros Socorros e Legislação;
- 10 fizeram Defesa Pessoal e Legislação;
- 5 realizaram os três cursos.

Escolhendo-se um agente ao acaso, qual a probabilidade de esse agente não ter realizado nenhum dos cursos mencionados?

- a) 24 %.
- b) 27 %
- c) 30 %.
- d) 40 %.

**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Elisabete Moreira*

**38.** Uma equipe de analistas da Prefeitura de Campina Grande foi designada para atuar na melhoria da gestão do processo de tramitação de procedimentos extrajudiciais, que vinha sofrendo com atrasos sistemáticos. Ao realizar o mapeamento do processo atual, a equipe passou a investigar as causas dos atrasos, priorizou algumas dessas causas detectadas e elaborou um plano de ação. As ferramentas de gestão da qualidade utilizadas pela equipe foram, respectivamente.

- a) Diagrama de Pareto, Diagrama de Ishikawa, 5W2H.
- b) Diagrama de Ishikawa, Diagrama de Pareto, Matriz GUT
- c) Histograma, Matriz SWOT, Matriz GUT.
- d) Digrama de Ishikawa, Matriz GUT, 5W2H.

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA***Leandro Ravyelle*

**39.** Consoante a LRF, é correto o que se afirma em

- a) Integra o projeto de orçamento o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes
- b) A lei de diretrizes orçamentárias poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- c) A Lei orçamentária conterà a estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas e estas serão organizadas em anexos específicos com estimativa das renúncias no exercício de referência e nos 2 (dois) exercícios subsequentes.

- d) Integram as despesas da União, e serão excluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

**LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006 + DIREITO EMPRESARIAL***Cadu Carrilho*

- 40.** Sobre a sociedade limitada, conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta:
- a) Na sociedade limitada, todos os sócios respondem ilimitadamente pelas obrigações sociais, ainda que o capital social esteja totalmente integralizado.
  - b) O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
  - c) É válida, na sociedade limitada, a contribuição de sócio que consista exclusivamente em prestação de serviços.
  - d) Na omissão do contrato social, o sócio somente poderá ceder suas quotas a outro sócio se houver aprovação unânime dos demais.
  - e) O uso da firma ou denominação social pode ser feito livremente por qualquer sócio, ainda que ele não tenha poderes de administração.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>